



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Consultoria Jurídica



Parecer nº 149/2021
Processo de nº: 2021/105773
Interessado: FISP/Corpo de Bombeiros Militar do Pará
Assunto: Minuta de Edital de Regime Diferenciado de Contratação - RDC

LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DO 3º GBM DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ – CBM/PA. MINUTA DE EDITAL DE RDC E SEUS ANEXOS. LEI FEDERAL Nº 12.462/2011. DECRETO ESTADUAL Nº 1.974/2018. ADEQUAÇÃO DA MINUTA DO EDITAL. JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO RDC. AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE DO FISP. ATUALIZAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. APROVAÇÃO COM RECOMENDAÇÕES.

Trata-se de pedido de análise da minuta do Edital e anexos do RDC Eletrônico nº 004/2021 - FISP, cujo objeto é *a contratação de empresa especializada em serviços para a execução de obra do quartel do 3º GBM, BR 316, Ananindeua/PA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.*

Os autos vieram para análise e parecer nos termos do art. 38, inciso IV Lei nº 8.666/1993 e art. 29, inciso III da Lei Estadual n. 7.584/2011 bem como art. 4º, inciso II da Lei Federal nº 12.462/2011, art. 7º, inciso I do Decreto Federal n. 7.581/2011 e art. 9º, inciso I do Decreto Estadual nº 1.974/2018.

É o breve relatório.

1. Regime Diferenciado de Contratação - RDC. Lei Federal n. 12.462/2011

O RDC constitui um novo regimento licitatório, instituído pela Lei nº 12.462, de 05 de agosto de 2011, regulamentado pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011 e, inicialmente, foi criado para atender exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização:

Rua Arcipreste Manoel Teodoro, 305 - Belém/PA
(91) 3184-2545 – conjur@segup.pa.gov.br - www.segup.pa.gov.br



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Consultoria Jurídica



- a) dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016;
- b) da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo FIFA de 2014;
- c) de obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos das capitais dos Estados da Federação distantes até 350 km (trezentos e cinquenta quilômetros) das cidades sedes de tais competições mundiais;
- d) de ações integrantes do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e
- e) das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde e
- f) Licitações e contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino.

O RDC, no âmbito da Administração Pública Estadual, é regulamentado pelo Decreto Estadual n. 1.974/2018, o qual prevê que tal regime licitatório aplica-se nas hipóteses indicadas no seu art. 1º:

- I - das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- II - das obras e dos serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- III - das obras e dos serviços de engenharia para construção, ampliação, reforma e administração de estabelecimentos penais e de unidades de atendimento socioeducativo;
- IV - das ações no âmbito da segurança pública;
- V - das obras e serviços de engenharia, relacionadas a melhorias na mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística;
- VI - dos contratos a que se refere o art. 47-A da Lei Federal nº. 12.462, de 4 de agosto de 2011;
- VII - das ações em órgãos e entidades dedicados à ciência, à tecnologia e à inovação;
- VIII - das obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino e de pesquisa, ciência e tecnologia.

Ademais, os objetivos do RDC consistem em a) ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes; b) Promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público; c) Incentivar a inovação tecnológica e d) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

CJR



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Consultoria Jurídica



Sendo uma modalidade licitatória, o RDC deverá observar os princípios da Administração Pública, bem como a probidade administrativa, a economicidade, o desenvolvimento nacional sustentável, a vinculação ao instrumento convocatório. Ademais, a opção pelo uso do RDC deve ser devidamente justificada nos autos conforme exigido no art. 5º, inciso I do Decreto Estadual n. 1.974/2018.

Por previsão contida no art. 4º inciso II da Lei Federal nº 12.462/2011, os instrumentos convocatórios e minutas de contrato do RDC devem ser previamente analisados e aprovados pelo órgão jurídico competente.

2. Quanto à minuta do Edital

O instrumento convocatório da licitação deverá atender o disposto no art. 10 do Decreto Estadual nº 1.974/2018, vejamos:

A minuta do Edital apresenta qual o objeto da licitação?	Sim, conforme a Seção 1, Item 1.1.
A minuta do Edital descreve a forma de execução da licitação, se eletrônica ou presencial?	Sim, conforme a Seção 7, Item 7.1, a licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico.
A minuta do Edital indica o modo de disputa (aberto, fechado ou com combinação), os critérios de classificação para cada etapa e as regras para apresentação de propostas e de lances?	Sim, o item 7.2 indica que o modo de disputa será aberto. Os itens 7.4 a 7.15.3 descrevem os critérios de classificação. O julgamento, nos termos do preâmbulo do edital, será o de menor preço por item.
A minuta do Edital pontua os requisitos de conformidade das propostas?	Sim, a Seção 6 indica como o licitante deverá encaminhar a proposta.
A minuta do Edital prevê que o prazo de apresentação de proposta pelos licitantes,	Não.

Rua Arcipreste Manoel Teodoro, 305 - Belém/PA
(91) 3184-2545 – conjur@segup.pa.gov.br - www.segup.pa.gov.br



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Consultoria Jurídica



não poderá ser inferior aos previstos no art. 15 da Lei Federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011?

Destaca-se a redação do art. 15 da Lei Federal n. 12.462:

“Será dada ampla publicidade aos procedimentos licitatórios e de pré-qualificação disciplinados por esta Lei, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, devendo ser adotados os seguintes prazos mínimos para apresentação de propostas, contados a partir da data de publicação do instrumento convocatório: (Vide Lei nº 14.133, de 2021) Vigência

I - para aquisição de bens:

a) 5 (cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento pelo menor preço ou pelo maior desconto; e

b) 10 (dez) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea a deste inciso;

II - para a contratação de serviços e obras:

a) 15 (quinze) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento pelo menor preço ou pelo maior desconto; e

b) 30 (trinta) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea a deste inciso;

Rua Arcipreste Manoel Teodoro, 305 - Belém/PA
(91) 3184-2545 – conjur@segup.pa.gov.br – www.segup.pa.gov.br

Caju 4



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Consultoria Jurídica



	<p><i>III - para licitações em que se adote o critério de julgamento pela maior oferta: 10 (dez) dias úteis; e</i></p> <p><i>IV - para licitações em que se adote o critério de julgamento pela melhor combinação de técnica e preço, pela melhor técnica ou em razão do conteúdo artístico: 30 (trinta) dias úteis."</i></p> <p>Sendo assim, a Minuta do edital deve conter expressamente que o prazo de envio das propostas deve ser de 15 (quinze) dias úteis contados a partir da data de publicação do instrumento convocatório.</p>
A minuta do Edital dispõe sobre quais serão os critérios de julgamento e de desempate?	Sim. O critério de julgamento será o de menor preço. Quanto aos critérios de desempate, estão previstos nos Itens 7.12, 7.14 e 7.15.
A minuta do Edital apresenta quais os requisitos de habilitação para as empresas licitantes?	Os requisitos de habilitação estão previstos na Seção 9.
A minuta do Edital exige, conforme o caso, a exigência, quando for o caso: a) de marca ou modelo; b) de amostra; c) de certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação; e d) de carta de	Não se aplica.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Augusto César de Oliveira Silva (Lei 11.419/2006)
EM 31/05/2021 14:11 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 5F1F02089F02D2AD.E5D9557011E63B84.89D04F6DEE6109C6.B78E009C48E7CCAD



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Consultoria Jurídica



solidariedade emitida pelo fabricante?	
A minuta do Edital prescreve qual deve ser o prazo de validade da proposta?	O item 6.5.3 indica que o prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.
A minuta do Edital prevê os prazos e meios para a apresentação de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos?	Os prazos e meios para impugnação e pedidos de esclarecimentos, impugnações e recurso estão previstos na Seção 19.
A minuta do Edital indica os prazos e as condições para a entrega do objeto?	Sim. A Seção 15 faz menção ao Projeto Básico no que tange aos critérios de recebimento do objeto. O Item 15 do Projeto Básico indica que o prazo de execução será de 180 (cento e oitenta) dias. Os itens 45 a 49.7 dizem respeito ao recebimento do objeto.
A minuta do Edital determina quais as formas, condições e os prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste, quando for o caso?	A Minuta do Edital não menciona as formas e condições de pagamento e reajuste de preços, fazendo menção ao Projeto Básico no Item 17.
A minuta do Edital prevê a exigência de garantias e seguros, quando for o caso?	O item 12 do Edital indica que se exigirá a prestação de garantia na forma do previsto no Projeto Básico. O Projeto Básico não apresenta essa possibilidade. Entretanto, a Cláusula XVI, alínea e), do contrato prevê a prestação de garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor contratado. Assim, para que tal previsão conste em contrato, deve

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Augusto César de Oliveira Silva (Lei 11.419/2006)
EM 31/05/2021 14:11 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 5F1F02089F02D2AD.E5D9557011E63B84.89D04F6DEE6109C6.B78E009C48E7CCAD

Assinatura

6

Rua Arcipreste Manoel Teodoro, 305 - Belém/PA
(91) 3184-2545 – conjur@segup.pa.gov.br - www.segup.pa.gov.br



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Consultoria Jurídica



	também constar no edital.
A minuta do Edital apresenta os critérios objetivos de avaliação do desempenho do contratado, bem como os requisitos da remuneração variável, quando for o caso?	Os Itens 22 a 22.5.1 apresentam as condições de acompanhamento e controle da execução dos serviços. Os itens 38 a 44.7 preveem os procedimentos de medição e pagamento.
A minuta do Edital prescreve as sanções?	Sim, conforme se verifica na Seção 18, os itens 18.1 a 18.13.
Em se tratando de obras e serviços de engenharia, a minuta do Edital contém o cronograma de execução, com as etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras?	Sim, conforme previsto no Projeto Básico.
Em se tratando de obras e serviços de engenharia, a minuta do Edital contém a exigência de que os licitantes apresentem, em suas propostas, a composição analítica do percentual dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), discriminando todas as parcelas que os compõem, exceto no caso da contratação integrada prevista no art. 9º da Lei Federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011	A exigência de planilhas de composição analítica do percentual dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES) está prevista no Item 6.7.2 do edital.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Consultoria Jurídica



Em se tratando de obras e serviços de engenharia, a minuta do Edital contém a exigência de que o contratado conceda livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou da entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo?	Não.
---	------

3. Quanto à Minuta do Contrato

Contrato administrativo, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, é todo e qualquer ajuste celebrado entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, por meio do qual se estabelece acordo de vontades, para formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas. Nesse contexto, os contratos administrativos se regulam pelas respectivas cláusulas, pelas normas da Lei de Licitações e pelos preceitos de direito público. Na falta desses dispositivos, regem-se pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado.

Portanto, após concluído o processo licitatório ou os procedimentos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, a Administração adotará as providências necessárias para celebração do contrato correspondente.

No instrumento contratual devem estar estabelecidas com clareza e precisão cláusulas que definam direitos, obrigações e responsabilidade da Administração e do particular.

Essas disposições devem estar em harmonia com os termos da proposta vencedora, com o ato convocatório da licitação ou com a autorização para contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Rua Arcipreste Manoel Teodoro, 305 - Belém/PA
(91) 3184-2545 – conjur@segup.pa.gov.br - www.segup.pa.gov.br



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Consultoria Jurídica



Portanto, qualquer contrato administrativo deve ser formalizado por escrito, de acordo com as exigências da Lei nº 8.666/1993. Em se tratando de contratos oriundos de licitações na modalidade RDC, o art. 39 da lei Federal nº 12.462/2011 prevê que tais instrumentos serão regidos pelas normas da Lei Federal nº 8.666/1993, com exceção das regras específicas.

A Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXXI da CF/88, enumera, em seu art. 55, as cláusulas que necessariamente devem integrar todo e qualquer contrato administrativo, senão vejamos:

Após análise da Minuta do Contrato, denota-se:

O contrato possui cláusulas que estabeleçam objeto e seus elementos característicos? (Lei n.º 8.666/93, art. 55, I)	Sim, conforme Cláusula Terceira.
O contrato possui cláusulas que estabeleçam o regime de execução ou a forma de fornecimento? (Lei n.º 8.666/93, art. 55, II)	Sim, conforme Cláusula Quarta, a obra será realizada na forma de regime de execução indireta pelo regime de empreitada por preço global.
O contrato possui cláusulas que estabeleçam o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento? (Lei n.º 8.666/93, art. 55, III)	O preço se faz presente na Cláusula Quinta; as condições de pagamento estão dispostas na Cláusula Sexta. O valor será fixo e irreajustável, conforme estabelecido no instrumento contratual.
O contrato possui cláusulas que estabeleçam os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo,	Sim, conforme Cláusula Sétima, presente no Item 7.2.

Carimbo



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Consultoria Jurídica



conforme o caso? (Lei n.º 8.666/93, art. 55, IV)	
O contrato possui cláusulas que estabeleçam o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica? (Lei n.º 8.666/93, art. 55, V)	Sim, consta na Cláusula Oitava.
O contrato possui cláusulas que estabeleçam as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas? (Lei n.º 8.666/93, art. 55, VI)	Sim, a Cláusula Décima Sexta, em sua alínea e), estabelece a obrigação de prestar garantia de 5% do valor contratado.
O contrato possui cláusulas que estabeleçam os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas? (Lei n.º 8.666/93, art. 55, VII)	Os direitos e responsabilidades das partes estão indicados na Cláusula Nona, nos itens 9.1 a 9.2.1.5. As penalidades cabíveis estão indicadas na Cláusula Décima.
O contrato possui cláusulas que estabeleçam os casos de rescisão? (Lei n.º 8.666/93, art. 55, VIII)	Os casos de rescisão estão previstos na Cláusula Décima Segunda.
O contrato possui cláusulas que estabeleçam o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa? (Lei n.º 8.666/93, art. 55, IX)	Conforme Cláusula Décima Segunda.
O contrato possui cláusulas que estabeleçam a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor? (Lei n.º 8.666/93, art.	Sim, presente na Cláusula Primeira.

10

Rua Arcipreste Manoel Teodoro, 305 - Belém/PA
(91) 3184-2545 – conjur@segup.pa.gov.br - www.segup.pa.gov.br



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Consultoria Jurídica



55, XI)	
O contrato possui cláusulas que estabeleçam a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos? (Lei n.º 8.666/93, art. 55, XII)	Sim, indica-se na Cláusula Segunda. Os casos omissos encontram-se regulamentados de acordo com o disposto na Cláusula Décima Sétima.
O contrato possui cláusulas que determinem o seu prazo de vigência? (Lei n.º 8.666/93, art. 57, §3º)	Sim, segundo a Cláusula Sétima, item 7.1.
Não há cláusulas que permitam o reajustamento do contrato (correção monetária) em prazo inferior a um ano? (Lei n.º 9.069/95, art. 28, §1º)	Os valores serão fixos e irredutíveis.

4. Conclusão

Em face ao exposto, não se vislumbra óbice na adoção da Minuta do Edital de RDC Eletrônico nº 004/2021 - FISP e seus anexos, porém, desde que sejam satisfeitas as sugestões abaixo indicadas:

➤ **Quanto à Minuta do Edital:**

a) A Minuta do edital deve conter expressamente que o prazo de envio das propostas deve ser de 15 (quinze) dias úteis contados a partir da data de publicação do instrumento convocatório em respeito ao art. 15 da Lei Federal n. 12.462/2011 c/c art. 10 do Decreto Estadual nº 1.974/2018;

b) Recomendamos que a minuta do instrumento convocatório preveja a exigência de que o contratado conceda livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou da entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo;

11

Rua Arcipreste Manoel Teodoro, 305 - Belém/PA
(91) 3184-2545 – conjur@segup.pa.gov.br - www.segup.pa.gov.br



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Consultoria Jurídica



c) Ainda quanto a Minuta do Edital, que as Seções Décima Quarta, Décima Quinta, Décima Sexta e Décima Sétima sejam alteradas, para que conste, no conteúdo de cada uma, de forma clara, as suas pretensões.

➤ **Quanto à instrução processual:**

a) Destacamos que a opção pelo uso do RDC deve ser devidamente justificada nos autos, conforme exigido no art. 5º, inciso I do Decreto Estadual n. 1.974/2018;

b) Os autos devem ser levados a conhecimento do Presidente do FISP, de modo a autorizar a abertura do procedimento licitatório;

c) Deve-se verificar se há disponibilidade orçamentária para atender a presente despesa, uma vez que a dotação informada (após página 131 - não numerada) não supre o valor estimado no Projeto Básico;


d) Deve ser retificada a numeração de folhas à contar da página 131, pois há uma lacuna na numeração;

e) Deve ser constar a exigência de que o contratado conceda livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou da entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo;

f) Deve ser inserida no Edital a previsão de prestação de garantia, pois ao constar no contratado, deve constar antes no Edital.

É o parecer, s.m.j.

Belém/PA, 14 de maio de 2021.


EDERSON BARROS DIAS
CONJUR/SEGUP
OAB/PA 15.531

RAFAELLY CRUZ
CONJUR/SEGUP
VOLUNTÁRIA CIVIL

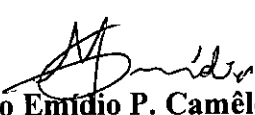


Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Consultoria Jurídica



Ao Senhor Coordenador da Consultoria Jurídica da SEGUP,

1. Aprovo os termos da manifestação exarada no Parecer nº 149/2021 –
CONJUR/SEGUP.


Márcio Emídio P. Camêlo
Coordenador da CONJUR/SEGUP
OAB/DF 46.621

Márcio Emídio P. Camêlo
Coordenador da Conj/Segup
OAB/DF - 46621

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Augusto César de Oliveira Silva (Lei 11.419/2006)
EM 31/05/2021 14:11 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 5F1F02089F02D2AD.E5D9557011E63E84.89D04F6DEE6109C6.B78E009C48E7CCAD